

Economia

AGRONEGÓCIOS

Operação barra mais queijos contaminados

Queijo Compensado, do MP-RS, investiga quatro laticínios gaúchos por adulteração em alimentos e em rótulos

Vinte toneladas de queijos e derivados impróprios para o consumo foram apreendidas nesta quinta-feira durante a 3ª Operação Queijo Compensado. Quatro marcas são investigadas por comercializarem produtos fraudados: Luza, de Constantina; Valparadiso, de Carlos Barbosa; Taurino, de Tenente Portela; e Latteria, de Antônio Prado.

Foram presos preventivamente os proprietários das empresas: Rodrigo Luza, Denir Francisco Luza, Reinaldo Pereira, Sergio Marques Lima e Moises Beltrame. Em flagrante, foi preso Jorge Arbo, pela prática de adulteração de queijo, no depósito da empresa Luza.

As investigações identificaram, entre as irregularidades, a adição de amido de milho no queijo (usado para mascarar a

quantidade inferior de leite em relação às exigências normativas), além da venda de produto vencido, estragado e sem procedência - nesses casos, os rótulos dos produtos eram substituídos. Foram encontrados soda cáustica e água oxigenada, utilizadas para o reaproveitamento de queijos que já estão deteriorados.

Laudos do Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro), vinculado ao Ministério da Agricultura, indicaram a contaminação por bactérias da espécie staphylococcus, além de coliformes fecais, em amostras de queijos fornecidos pelas empresas.

A comercialização dos produtos era clandestina e abrangia todo o Estado, detalha o promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, que atua na

defesa do consumidor e coordena o Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) - Segurança Alimentar. "Com exceção da marca Taurino, que tem mais mercado em São Paulo (ainda que alguma coisa fosse vendida aqui também), os demais são vendidos em todo o Rio Grande do Sul."

E a quantidade de produto no varejo não é insignificante, frisa. "Se for na Ceasa, tem duas bancas de queijo, uma interna e outra externa, em que esses queijos são bastante vendidos." Ele acrescenta que, nas operações de verão do Gaeco Segurança Alimentar, em Capão da Canoa, identificaram que um mercado tinha 700 quilos de queijo da marca Luza. "E tinha muito da Valparadiso também."

Além do MP-RS, participaram fiscais da Superintendência Fede-



Produtos estavam vencidos, adulterados e deteriorados, afirma Luz

ral da Agricultura, que interditará a Taurino Laticínios Indústria e Comércio Ltda. Segundo o Ministério da Agricultura, a empresa apresentava histórico de descum-

primento da legislação sanitária. Chegou a ser interdita três vezes, teve quase 11,4 mil peças de queijo apreendidas e recebeu multa de cerca de R\$ 616 mil.

Moinhos vão repassar alta, e farinha deve subir 10%

O aumento do preço do trigo no mercado interno em maio fará a indústria reajustar em 10% o valor da farinha neste mês de junho, segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Trigo de São Paulo (Sindustrigo), Christian Saigh. "Em pouco mais de três semanas,

os preços aumentaram 20%, de R\$ 750,00 a tonelada para R\$ 900,00. Com essa alta não será possível manter os preços atuais por mais de 30 dias", afirmou. As cotações do cereal dispararam no último mês porque, além de não haver grandes estoques do cereal

colhido em 2015, indústrias de carnes e fabricantes de ração demandaram trigo para substituir o milho, cujos preços subiram ainda mais. Grandes empresas têm disputado com moinhos o pouco trigo com qualidade para panificação que resta neste período de entressafra no Brasil. "Há mais de 20 anos não víamos essa disputa entre granjeiros e moinhos."

A alta em tão curto espaço de tempo surpreendeu os moinhos, que não tinham estoques longos do produto nacional. Desde o ano passado, devido à queda do consumo interno dos derivados de farinha, a indústria tem evitado alongar os estoques. A falta de capital de giro e a menor disponibilidade do mercado financeiro em liberar recursos também explicam essa cautela, disse Saigh. Ele estima que o volume de trigo nos armazéns dos moinhos brasileiros seja 30% menor que em igual época do ano passado.

Secretaria da Agricultura lança nota com regras para segregação do trigo

Visando melhorar a qualidade do trigo produzido no Estado e valorizar o produto para melhor atender o mercado, a Secretaria de Agricultura (Seapi) elaborou nota técnica com regras para a segregação do cereal por grupo de cultivares. É a primeira vez que esta ação acontece, em uma iniciativa que foi construída junto com todo o setor produtivo do trigo, desde os obtentores de demanda, entidades representativas dos produtores, cooperativas, cerealistas e indústrias.

Produzida pela Câmara Setorial do Trigo da Seapi, a tabela para separar os produtos era uma reivindicação antiga do setor, para que existisse uma melhor identificação do grão na hora da compra e servirá como orientação para a separação por grupos de qualidades semelhantes. A segregação se dará em trigo pão, onde se dividi-

rá em três classificações conforme a coloração, trigo doméstico e trigo biscoito. O agrupamento foi elaborado com base em resultados de pesquisas e resultados da indústria de moagem.

Para o secretário da agricultura, deputado Ernani Polo, a mudança é fundamental. "Construímos essa medida juntamente com a câmara setorial e a cadeia produtiva por saber que esta era uma demanda antiga do setor e também para agregar valor ao produto no Estado. Sabemos da dificuldade dos produtores de trigo para cultivar o grão e estamos fazendo o máximo para trazer uma condição melhor para esse setor. Esta é a primeira vez que há uma identificação específica do trigo gaúcho, o que considero um avanço importante para auxiliar os tricultores do Estado", ressalta o secretário.



KÁTIA MARCON/DIVULGAÇÃO/JC

Em 20 dias, valor da tonelada passou de R\$ 750,00 para R\$ 900,00

Sociedade Rural volta a defender liberação da venda de terras a estrangeiros

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) voltou a defender, em nota divulgada nesta quinta-feira, a liberação da venda de terras no Brasil a estrangeiros "de maneira total e irrestrita". Segundo o presidente da entidade, Gustavo Diniz Junqueira, "impor freios e limitações em determinadas áreas pode representar ameaças à segurança jurídica e afugentar a retomada de

investimentos no País".

A entidade explica que decidiu se manifestar em resposta a grupos que estão se movimentando após a sinalização que teria sido dada pelo presidente interino Michel Temer de rever o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que vetou a aquisição de propriedades rurais por investidores estrangeiros em 2010.

"Defendemos tratamento iso-

nômico entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro. Investidores sérios não têm cara ou nacionalidade", diz Junqueira, lembrando que a SRB foi a primeira entidade a questionar judicialmente a restrição da AGU no Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2015.

Ainda conforme a nota, nas úl-

timas duas semanas, Junqueira reuniu-se, em Brasília, com o ministro do STF Marco Aurélio Mello e já havia encontrado o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, para tratar do Projeto de Lei nº 4.059/2012, em tramitação no Congresso. "Apesar de favorável ao projeto, Maggi defende que sejam estabelecidas limitações em áreas de grãos, mantendo liberação irrestrita apenas a outras cul-

turas, como cana, laranja e eucalipto, e distante das áreas de grãos do Centro-Oeste", informa.

Adicionalmente, o presidente da SRB, Gustavo Junqueira, avalia que investidores estrangeiros poderão ser grandes apoiadores dos produtores rurais na implantação do Código Florestal e nos compromissos brasileiros assumidos na Conferência de Paris (COP-21).